

# **Pesquisa em favelas: contribuições do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania ao debate sobre os desafios postos para o Serviço Social**

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes<sup>1</sup>

Lenise Lima Fernandes<sup>2</sup>

Bruno Alves de França<sup>3</sup>

## **Resumo**

Este trabalho resgata brevemente a trajetória de pesquisas realizadas por assistentes sociais em favelas do Rio de Janeiro e, em seguida, sintetiza as principais inflexões da trajetória profissional neste campo, partindo da experiência desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (FACI), no sentido de contribuir para uma reflexão sobre os desafios a ser enfrentados pelo Serviço Social para a produção de conhecimentos nessa área.

## **Palavras-chave**

Pesquisa; Favela; Serviço Social.

## **Research in slums: the Center for Research and Extension Favela and Citizenship contributions to the debate about the challenges posed to Social Work**

## **Abstract**

This paper briefly recovers the trajectory of research carried out by social workers in the favelas of Rio de Janeiro and then summarizes the main modifications of the professional trajectory in this field, drawing from the experience developed by the Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (Center for Research and Extension Favela and Citizenship - FACI) to contribute to a reflection on the challenges being faced by Social Work for the production of knowledge in this area.

## **Keywords**

Research; Favela; Social Work.

## Introdução

No século XIX, as sociedades vivenciaram o desenvolvimento do capitalismo industrial e a eclosão do fenômeno urbano, testemunhando um período de ebulição e transformações profundas, tanto em seu modo de produção, quanto em suas instituições e no modo de vida da população. Engels, em “A Situação da Classe Operária na Inglaterra”, de 1845, descreve as mazelas produzidas pela emergente industrialização naquele país, revelando os horrores experimentados pela classe operária inglesa no período do capitalismo concorrencial. De fato, esse processo se desenrola ao longo do século XX e início de século XXI, marcado pela articulação de uma ampla variedade de situações que, em distintos contextos, vão caracterizar a complexidade das expressões da questão social (NETTO, 2001) no espaço urbano. Essa realidade corrobora o pensamento de Lefebvre (1999), quando afirma que a cidade materializa as relações de produção bem como oferece a base para o desenvolvimento dessas relações.

As variadas formas de expressão da articulação entre dinâmica socioespacial e desenvolvimento produtivo, evidenciadas desde o final do século XIX, fomentaram, então, reflexões contundentes em áreas do conhecimento tais como a geografia, a história e a arquitetura. Porém, à medida que tal saber foi adensado e divulgado, a atenção aos conflitos sociais estimulou a contribuição de outras ciências nos estudos da produção do espaço. O Serviço Social também se inseriu neste processo no decorrer de seu amadurecimento enquanto profissão estabelecida no bojo da dinâmica de afirmação do capitalismo. Tendo sua particularidade configurada em função do lugar que ocupa na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO, 1994), o Serviço Social foi intrinsecamente definido pela perspectiva interventiva que o caracteriza desde sua origem. Demandado pela engrenagem que então se estabelecia com vistas ao enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, o Assistente Social foi impelido a uma ação pautada na postura investigativa. Esta condição impôs ao Serviço Social uma inevitável aproximação com as práticas de pesquisa, verificando-se, ao longo do tempo, diversas inflexões nesse caminho, inclusive no que se refere às pesquisas realizadas em favelas.

Sob a influência e o embate de distintas escolas de pensamento, os profissionais da área - sobretudo aqueles vinculados aos meios acadêmicos - questionaram teorias, modelos e paradigmas (SILVA, 1995) visando melhor entender a nossa realidade e, neste contexto, a questão urbana. Nesta trajetória, o desgaste das abordagens conservadoras se aprofundou quando, à luz da teoria marxista, certos conceitos e técnicas foram indicados como insuficientes para garantir explicações

e soluções de determinados problemas, posto que estes passaram a ser analisados como expressões distintas das contradições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A ação e a produção intelectual dos Assistentes Sociais brasileiros se fizeram, portanto, heterogêneas, sobretudo a partir dos anos de 1960, alimentadas pelos influxos das ciências sociais e da teoria social. Atravessada ainda por eventos e tendências conjunturais que movimentaram e impuseram novos desafios à profissão, a relação entre a pesquisa social e o Serviço Social se configurou e transformou também no campo da atuação profissional em favelas, numa dinâmica que não foi exclusiva a esta área interventiva, e que contou com a contribuição dos conhecimentos produzidos pelas diferentes disciplinas que trabalham com o urbano.

Esta dinâmica foi particularmente intensificada nos últimos anos na medida em que o esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial fordista, cujos indícios emergem na década de 1970, provocou transformações estruturais que acarretaram o agravamento da questão urbana no país e no mundo. As mutações socioeconômicas, geradas desde então, têm sido marcadas fundamentalmente pela reestruturação produtiva, pela financeirização e integração global dos mercados, apoiando-se em novas tecnologias de informação. Ao incidirem sobre o território construído, essas mudanças complexificam as relações sociais e inauguram novos padrões associados à organização e à divisão das atribuições entre Estado e sociedade, que tendem a reproduzir e aprofundar as desigualdades sociais no espaço citadino, apontando novos desafios para a pesquisa urbana.

Considerando que estes processos implicaram no alargamento do campo de atuação profissional do Serviço Social junto às políticas de desenvolvimento urbano, este trabalho resgata brevemente a trajetória de pesquisas realizadas por assistentes sociais em favelas do Rio de Janeiro e, em seguida, sintetiza as principais inflexões da trajetória profissional neste campo, partindo da experiência desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (FACI), nos últimos vinte e cinco anos, visando discutir os desafios hoje postos à ação e à pesquisa comprometidas com o ideário de construção de uma cidade efetivamente democrática e justa.

### **Contribuições do Serviço Social à pesquisa em favelas do Rio de Janeiro**

A pobreza, sobretudo aquela apresentada como seqüela dos conflitos entre capital e trabalho e evidenciada com a emergência do capitalismo industrial, foi motivo de preocupação das elites pela ameaça que causava à sociedade, inspirando debates e estudos iniciados com profissionais cujas áreas ultrapassavam os limites

das ciências sociais. Valladares (2000) afirma que no Rio de Janeiro, ao início do século XX, o debate sobre essa questão envolveu profissionais ligados à imprensa, literatura, engenharia, medicina, ao direito e à filantropia, que descreviam e propunham medidas de combate à pobreza e à miséria implicadas na questão urbana, visando melhor administrar e gerir essa questão. A autora aponta dois estudos pioneiros sobre favelas: o relatório do médico Victor Tavares de Moura, publicado parcialmente em 1943, intitulado “Favelas do Distrito Federal” e o trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em livro no ano anterior (1942), com o título “Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela”.

O estudo de Silva (1942), realizado no Largo da Memória, foi relevante para o Serviço Social num contexto em que, sob o governo Vargas, a assistência social aos pobres deixava de ter um caráter exclusivamente privado e religioso para se tornar também uma função do Estado<sup>4</sup>. Valladares (2000) destaca características interessantes nesse estudo etnográfico, tais como: descrição “realista” da favela do Largo da Memória, incluindo figuras com plantas de diferentes tipos de barracos; apresentação de casos que a autora denomina “tipos curiosos”, baseados em itinerários de vida; citação de falas ouvidas e registradas de moradores locais<sup>5</sup>.

Entretanto, merece destaque a natureza moralista do discurso de Maria Hortência do Nascimento e Silva sobre a pobreza e a favela, bastante afinado com a ideologia dominante. Tal postura revelava-se nas representações da pobreza típicas de sua época, pautadas em preconceitos e valores dominantes vigentes<sup>6</sup>, embora a autora acreditasse estar escrevendo a partir da observação neutra da realidade, com base num levantamento criterioso de informações. De toda maneira, conforme Valladares (2000), tudo indica que a prática do assistente social, com suas regulares idas e vindas à favela, maior assiduidade e intimidade no contato com as famílias, teria contribuído para o avanço na descoberta da favela durante a longa fase que precedeu o advento das ciências sociais, que só tomaram a favela como objeto de estudo, no Brasil, nos anos de 1960. Segundo a autora, os assistentes sociais, mais do que qualquer outro agente, tinham entrada na casa dos pobres.

Destaca-se que a formação dos assistentes sociais em pesquisa, nesse período, carecia de bases teórico-metodológicas mais sólidas, já que se concentrava no inquérito social<sup>7</sup>, respondendo as demandas postas pela intervenção social. Esta contemplava, além da pesquisa, a organização da assistência e a educação popular. Desde sua origem, a profissão - por ter sido criada a partir da “iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestavam, principalmente, por intermê-

dio da Igreja Católica” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1993, p. 129) - teve sua orientação político-ideológica marcada pelo caráter conservador da Igreja Católica. O Serviço Social doutrinário católico<sup>8</sup> brasileiro foi inspirado, em sua perspectiva europeia, diretamente no serviço social belga e francês, cuja preocupação, em termos de métodos de pesquisa, não tinha ainda o rigor exigido pelas ciências sociais posteriormente. Nesse sentido, o estudo de Maria Hortência foi bastante representativo daquele momento, posto que era fundamentalmente descritivo e marcadamente moralista e ideológico, traço que a pesquisa americana de caráter funcionalista pretendeu extinguir<sup>9</sup>.

A influência norte-americana no Serviço Social manifestou-se, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, constituída pelos aportes da psicologia e das ciências sociais, em suas vertentes conservadoras<sup>10</sup>. Essa dinâmica investigativa no Serviço Social acompanhou o desenvolvimento da urbanização e o aumento da favelização, especialmente nos grandes centros, ambas decorrentes da intensificação do processo de industrialização que atraiu para determinadas cidades um elevado número de migrantes das regiões mais pobres do país, sobretudo aquelas afetadas pela seca. Os assistentes sociais eram chamados a participar na solução desse “problema”, desenvolvendo uma prática de caráter tutelar, exercida através da ação educativa, da viabilização da assistência e de outros serviços concretos, recorrendo à pesquisa no sentido de iluminar esta intervenção. No Rio de Janeiro, esses profissionais implementaram suas ações em instituições criadas pela Igreja Católica, tais como a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião (BURGOS, 1999). Ao examinar os elementos que construiriam a favela como campo de pesquisa nas ciências sociais, Valladares (2005) destaca o papel das instituições acima mencionadas, sobretudo o da Cruzada São Sebastião, criada em 1955.

Na busca de paradigmas para aprimorar a intervenção e a pesquisa, o Serviço Social deparou-se com a vertente do Movimento Economia & Humanismo (E&H), criado pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret<sup>11</sup>, cujo pensamento era atravessado pelos questionamentos aos paradigmas das ciências sociais, levando-o a redefinir conceitos a partir desse contexto e do contato com cada realidade<sup>12</sup>.

Para servir de base às ações do E&H no Brasil, em 1947, foi criada a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), responsável pela realização do trabalho “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, em 1960, ainda hoje apontado como referência para pesquisas em favelas<sup>13</sup>. No Serviço Social, os impactos do estudo da SAGMACS em termos de novas referências teóricas e metodológicas que passaram a orientar as pesquisas desen-

volvidas pela profissão, bem como as novas modalidades de prática profissional em favelas foram bastante significativos. No quadro mais geral do referido estudo, destacamos os aspectos teórico-metodológicos evidenciados nos procedimentos da pesquisa como: definição do universo e da amostra da pesquisa, identificação das variáveis, formulação dos instrumentos de coleta de dados (questionários, roteiro de entrevistas, etc.), tabulação dos dados e elaboração de gráficos, entre outros. Cabe destacar que estes procedimentos vão substituir e/ou complementar os trabalhos etnográficos feitos anteriormente por estes profissionais em favelas, como o de Maria Hortência e Silva. Assim, a contribuição das ideias postas pelo E&H foi fundamental para o redimensionamento do pensamento e da ação dos assistentes sociais, considerando que esse movimento reconhecia a dimensão interventiva e investigativa do trabalho nas favelas, posicionando-o como trabalho interprofissional e politicamente engajado.

Evidentemente, não podemos atribuir as mudanças realizadas neste terreno e no interior da profissão apenas à influência do pensamento de Lebret. Os questionamentos sobre a prática profissional valeram-se de diferentes correntes que subsidiaram propostas diferenciadas para a Reconceituação do Serviço Social, verificada a partir da segunda metade da década de 1960. Esse processo se desenvolve no contexto de renovação e laicização profissional dinamizado pela própria conjuntura histórica da época, determinante tanto para os movimentos observados no E&H quanto na profissão, dadas as novas requisições que lhes foram impostas pelo padrão de desenvolvimento capitalista adotado no país (NETTO, 1991).

Identificamos ainda, nesse contexto, a influência do neofuncionalismo, da fenomenologia e do marxismo. Esta última, destacada a partir da segunda metade dos anos de 1970, propiciou alterações substantivas nas bases teórico-metodológicas da profissão com reflexos nas pesquisas realizadas pelos assistentes sociais, que passaram a se referenciar na teoria social marxiana. O Método de Belo Horizonte pode ser considerado referência para pensar esse momento de ruptura com o conservadorismo na profissão. A concepção dos formuladores do Método BH supunha que a ação profissional e a produção de conhecimento não eram neutras, mas essencialmente políticas. Apesar de pretender referenciar-se em autores marxistas e na perspectiva dialética, o esforço dessa sistematização teórico-metodológica acaba enveredando pela lógica formalista<sup>14</sup>, própria do positivismo que pretendia superar. No entanto, a despeito dos equívocos contidos nesta proposta, ela representou um avanço para o Serviço Social, posto que realizou uma crítica ao conservadorismo e ampliou as bases teóricas da profissão

(GOMES, 2000). Levantando a necessidade de se vincular o trabalho de pesquisa, especialmente aquele conduzido pelos meios acadêmicos, a um processo imediato de organização e mobilização popular, a experiência do método BH favoreceu a aproximação entre o Serviço Social e os segmentos populares, numa perspectiva distinta daquela que predominava até então na profissão. Essa aproximação valorizou o reconhecimento da legitimidade das demandas da população e da proposta de assessoria aos setores considerados mais explorados da sociedade, ainda na primeira metade dos anos de 1970.

A dimensão crítica desta iniciativa foi recuperada e adensada, sobretudo a partir do início da década de 1980, quando o processo de redemocratização da política brasileira começou efetivamente a avançar, fortalecido pela revitalização dos movimentos sociais. No terreno dos debates e das contestações populares frente às contradições sociais que deixavam suas expressões nas formas de apropriação e de uso da cidade, a reativação política da sociedade civil contribuiu para a articulação entre a profissão e o Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Essa aproximação, por sua vez, possibilitou ao Serviço Social não só a percepção do atravessamento entre os processos implicados no campo da política habitacional e da política urbana, mas também favoreceu à abertura de outros ângulos para a pesquisa em favela, tendo em seu horizonte não apenas a assistência (GOMES, 2007)<sup>15</sup>, mas o direito à cidade. Dessa forma, a incorporação do marxismo em sua perspectiva crítico-dialética – articulada a uma ótica pluralista<sup>16</sup> (BOURGUIGNON, 2007) – possibilitou que as décadas de 1980 e 1990 se tornassem um marco histórico dos avanços para o Serviço Social, que se consolidava como espaço de produção de conhecimento em seu próprio âmbito e frente às demais áreas de conhecimento.

Como vimos, as mudanças ocorridas no Serviço Social foram parte do processo mais amplo de busca de novos fundamentos para diferentes profissões com intervenção no social, alimentado por forças endógenas e exógenas que se mobilizaram para conferir à intervenção do assistente social uma nova legitimidade. A categoria profissional tinha como proposta modificar as bases de sustentação sócio-ocupacional (ou seja, o lugar historicamente determinado, na divisão sociotécnica do trabalho, no modo de produção capitalista) e, como consequência, seus supostos teóricos e metodológicos (ACOSTA, 2008).

No que diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa dos assistentes sociais em favelas, podemos reconhecer momentos fecundos de uma discussão ampliada e renovada sobre o tema, rompendo dogmas, inovando procedimentos de pesquisa, produzindo informações relevantes.

No momento atual, observamos o agravamento da questão urbana, intrinsecamente vinculado às novas formas de exploração do território conduzidas pelo capitalismo em sua fase globalizada. Este contexto convoca o Serviço Social a aprofundar o debate acerca dos parâmetros a partir dos quais a pesquisa tem se realizado no espaço citadino e a analisar as novas realidades urbanas que vêm se configurando nos anos recentes, problematizando questões emergentes relativas à vida urbana, de modo a compreender a favela no contexto da cidade e de sua diversidade interna.

### **Principais inflexões verificadas nas pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania**

Conforme indicamos, a articulação entre a pesquisa realizada no Serviço Social e a dimensão interventiva de sua prática sofreu diversas alterações ao longo do processo de maturação da profissão. Nesta dinâmica, a valorização da extensão universitária foi conquistando terreno nos meios acadêmicos, numa perspectiva que ultrapassou muitas vezes o limite de ação reconhecido como privativo à profissão, favorecendo a aproximação entre esta e outras áreas do conhecimento. Desencadeado, sobretudo, a partir dos anos de 1980, o fortalecimento das propostas de extensão universitária ocorreu assentado na compreensão da relevância de aprofundar-se o diálogo entre saber acadêmico e saber popular. Esta perspectiva reconhece que a proximidade entre as investigações científicas e os processos que perpassam as dimensões cotidianas da vida social é imprescindível para a realização de uma pesquisa socialmente referenciada e efetivamente comprometida com a democratização do conhecimento já consolidado, bem como com a ampliação do próprio alcance temático dos objetos a serem investigados, contribuindo para a democratização da própria sociedade brasileira.

Ainda que esta não seja a única forma de conceber a extensão, conforme hoje observamos no amplo universo de experiências desenvolvidas no âmbito da própria Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual se situa o Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (FACI), foi esta a perspectiva que predominou na trajetória de consolidação do Núcleo, especialmente a partir do momento em que o grupo de professores e alunos a ele vinculado pôde valer-se da autonomia universitária para conduzir seus trabalhos. Evidentemente, na história de configuração do FACI - o primeiro a conduzir a proposta de articular ensino, pesquisa e extensão em favela, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) - também são visíveis os reflexos das diferentes fases atravessadas na trajetória teórico-metodológica e prática que definiu a consolidação do Serviço Social como profissão<sup>17</sup>.

A fase inicial do trabalho, que sustentou a possibilidade de amadurecimento da proposta deste grupo de pesquisa, foi estabelecida com a entrada de uma equipe de alunos e professores de distintas unidades de ensino desta mesma Universidade em um campo de atuação na Ilha do Governador (RJ) - as Favelas Praia da Rosa e Sapucaia -, em 1979, mediante convênio entre a UFRJ e o Projeto Rondon, este último desenvolvido “em prol da causa da integração, da soberania e da segurança nacional”. Porém, em função das alterações nas estratégias adotadas na relação do Estado com a sociedade civil brasileira, ao final do período ditatorial, este convênio foi rompido no início da década de 1980, engendrando condições distintas na realização deste trabalho.

Mobilizados pelo debate que se fortalecia no campo do Serviço Social, neste contexto<sup>18</sup>, os estudantes da ESS/UFRJ - especialmente aqueles vinculados à referida experiência -, pressionam a direção da Escola para manter o vínculo estabelecido com aquelas favelas, transformando-as em “campo próprio de estágio” para seus alunos. Nesta segunda fase, sob nova condição de vínculo, o grupo de professores e alunos que atuava em Praia da Rosa e Sapucaia passou - após atravessar certa descontinuidade na retomada dos trabalhos - a desenvolver ações de assessoria aos moradores locais, orientadas pela análise do conjunto de reivindicações postas pela população<sup>19</sup>. A pesquisa, realizada para subsidiar a intervenção, era alimentada pela intencionalidade de ação, o que aí propiciou a superação das práticas investigativas referenciadas em moldes de inquérito e de supervalorização da dimensão quantitativa para compreensão da realidade. A aproximação com métodos de pesquisa que valorizavam a expressão dos conflitos e das contradições sociais na situação investigada, e que entendiam a população relacionada ao objeto de estudo como sujeito na própria intervenção, resultou no predomínio da referência das propostas de pesquisa participante e pesquisa-ação<sup>20</sup>. Pelas influências do próprio contexto, esta fase foi caracterizada também pela militância política, levando o FACI a permanecer nessas favelas a despeito da ausência de recursos para o desenvolvimento dos trabalhos de extensão, revelando, em parte, traços do que mais tarde foi caracterizado como uma perspectiva voluntarista e messiânica (IAMAMOTO, 1994).

Finalmente, podemos identificar como fase mais atual da trajetória do FACI aquela que foi marcada a partir do contexto da urbanização de Praia da Rosa e Sapucaia, viabilizada através de um Convênio entre o FACI-ESS/UFRJ e a Secretaria Municipal de Habitação, entre 1996 e 1998. Esta experiência propiciou aos integrantes do Núcleo a vivência de uma prática diferenciada pela articulação de diferentes instâncias de poder institucionalizadas. Ao mesmo tempo, a dimensão política da ação

profissional foi preservada na valorização das alianças entre moradores, movimentos sociais (FAF- Rio, FAFERJ, Movimentos dos Verdes) e partidos políticos (PT), numa postura de mediação profissional voltada para fortalecer avanços nas negociações necessárias à aproximação entre o projeto proposto pela Prefeitura, as ações de outras instituições atuantes neste projeto e as reivindicações da população, viabilizando a efetivação dos direitos de cidadania dos moradores diretamente envolvidos nesta intervenção. Mais uma vez, a pesquisa conduzida na área, nesta e em oportunidades subseqüentes, esteve voltada para dar visibilidade às condições de vida da população local e para subsidiar suas reivindicações, frequentemente negligenciadas pelo poder público pela ausência de uma caracterização considerada consistente pelas instâncias governamentais. Neste contexto, instrumentos de pesquisa anteriormente utilizados foram aprimorados e um banco de dados informatizado foi organizado para abrigar os dados do segundo Censo (1996), então realizado.

Esta estrutura favoreceu, ainda, o desenvolvimento de outros estudos sobre diferentes temáticas referentes às favelas e o espaço urbano, como totalidade concreta, a partir do uso de instrumentos heurísticos diversos, sobretudo daqueles advindos da teoria social. Assim, desenvolvemos, por exemplo, um estudo sobre adolescentes e maternidade precoce que contou com a participação da School of Social Work - University of Stockholm. O alargamento do nosso campo teórico e empírico favoreceu, ainda, a sedimentação de uma visão de totalidade sobre o urbano, o que propiciou, a partir de 1999, o início de diversas pesquisas comparativas com a França e com a Índia<sup>21</sup>. No Brasil, esses intercâmbios têm sido estabelecidos, sobretudo, com a Universidade do Pará (UFPA). Ao mesmo tempo, o FACI tem mantido sua articulação com as favelas que originalmente abrigaram este trabalho. Entre 2008 e 2010, foram realizadas novas pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa<sup>22</sup> em Praia da Rosa e Sapucaia, visando dar prosseguimento à avaliação das ações públicas realizadas na área e para subsidiar novas reivindicações da população local.

Podemos afirmar, com base nos elementos enfocados que, na ampliação da experiência desenvolvida pelo FACI, Praia da Rosa, Sapucaia e outras favelas, assim como a cidade, foram tomadas como campo privilegiado para a articulação dos objetivos de ensino, de pesquisa e de extensão, com a perspectiva de desenvolver processos educativos dentro de uma prática sócio-política comprometida com os processos de democratização e transformação não apenas do conhecimento, mas também da sociedade. Acreditamos que a extensão universitária, embora não substitua a intervenção social do poder público, tem um papel fundamental na formação profissional e na formação de pesquisadores. Essa trajetória do FACI no terreno da

articulação entre pesquisa e extensão se fez através da necessária crítica aos modelos adotados nos países ricos, dos padrões impostos por nossas elites através de um discurso hegemônico e das práticas capitalistas que impõem uma nova ordem internacional, em que os países centrais deliberam sobre as funções econômicas e posições políticas que os periféricos supostamente deveriam aceitar<sup>23</sup>.

### **A título de conclusão**

A contribuição do Serviço Social para os estudos realizados sobre as favelas no Rio de Janeiro e, de modo geral, para o conjunto das ciências sociais que tomaram a favela como objeto de estudo, é reconhecida por diversos autores pelo enorme conhecimento do campo acumulado por esse profissional.

Ao recuperar a trajetória teórico-metodológica de pesquisa e ação do Serviço Social, em especial nos espaços da pobreza na cidade, é possível afirmar que este percurso se constituiu em uma importante dimensão para o próprio repensar da profissão e contribuiu para a legitimação do seu espaço profissional frente às demais disciplinas que atuam no urbano.

Em relação à profissão propriamente dita, sublinha-se uma mudança para uma forma de trabalho “mais científica”, com maior capital teórico-cultural, ampliando seu acúmulo e participação das ciências sociais. Do ponto de vista da ação, o Serviço Social incorpora novas abordagens pedagógicas da prática profissional, que passam a ser mais politizadas, na tentativa de rearticular a teoria e prática. Nesse sentido, verifica-se o enriquecimento e consolidação de uma base teórico-metodológica consistente para o pesquisador preocupado com a questão urbana no que diz respeito ao conhecimento da realidade e uma forma mais crítica de intervenção nessa mesma realidade.

Ao tomarmos o trabalho de pesquisa e extensão do FACI em favelas do Rio de Janeiro, particularmente Praia da Rosa e Sapucaia - campo privilegiado de reflexão do Núcleo -, é possível resgatar as principais inflexões em termos de pesquisa e pensar os desafios da pesquisa urbana para além desses espaços específicos. De fato, o permanente agravamento das expressões da questão urbana nas favelas amplia o repertório de temas e exigem um alargamento e aprofundamento do referencial teórico. Embora o conjunto de pesquisadores do FACI tenha se aproximado mais da vertente marxiana, não deixou de lado outras contribuições para pensar o urbano. Na realidade, se caminha na linha de um pensamento crítico sobre as questões que envolvem a cidade, assumindo um posicionamento que enfrenta alguns dos principais desafios postos pela realidade e pelos pressupostos teóricos.

Um desses desafios se refere à proposta de realização de estudos capazes de atravessar diferentes escalas de análise. Embora as pesquisas do FACI tenham tido como campo empírico privilegiado algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro, em especial as favelas de Praia da Rosa e Sapucaia, a categoria totalidade, tão cara aos estudos marxistas implicavam em contextualizar as favelas e as expressões da questão urbana em um cenário mais amplo, articulando esses espaços à cidade e às diferentes escalas envolvidas: regional, nacional e internacional. Assim, as bases empíricas se referem a uma realidade específica, mas que procuram entender esta realidade na totalidade de processos com dimensões estruturais.

O trabalho referenciado em múltiplas escalas e em um universo de reflexão mais amplo traz ainda desafios: exige o alargamento do marco teórico para dar conta da realidade e a necessidade de por em diálogo elementos das macroteorias e de abordagens que privilegiam as análises das dinâmicas cotidianas de produção da vida e dos espaços.

O desenvolvimento de projetos integrados de investigação tem oferecido aos pesquisadores do FACI a oportunidade de, para além da possibilidade de discussão e publicação dos resultados dos estudos em eventos internacionais, periódicos e publicações diversas no Brasil e no exterior, a construção de um conjunto de reflexões coletivas que, ao menos, trazem a proposta de sanar algumas daquelas dificuldades.

Da mesma forma, a busca do diálogo entre profissionais com formações diversas - com distintas bases teóricas e diversas opções no que tange às alternativas de construção do saber -, se torna mais complexa em pesquisas comparativas no exterior e na produção de textos conjuntos. Apesar disso, entendemos que o conhecimento, como produto social e, portanto, histórico, é construído pela práxis coletiva da humanidade. Daí porque afirmamos que a prática da investigação é bastante mais produtiva se for coletiva e essa orientação é uma constante na trajetória do FACI, embora ela seja, ao mesmo tempo, complexa e demorada, pois envolve vários sujeitos, com diferentes visões percepções e às vezes até mesmo tempos distintos.

É desse modo que poderemos oferecer subsídios para a formulação de políticas urbanas que enfrente o processo de segregação socioespacial, em especial na área de habitação e para a assessoria aos movimentos populares, em particular às associações de moradores.

### **Referências Bibliográficas**

ACOSTA, Luis Eduardo. *A. cultura radical e Serviço Social*. Revista Praia Vermelha, v. 18, n.º. 2, jul./dez, 2008, p.257-275.

BOURGUIGNON, Jussara A. *A particularidade histórica da pesquisa no serviço*. Revista *Katálysis*, v. 10, n.º. Especial, 2007, p. 46-54.

BURGOS, Marcelo Baumman. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas nas favelas do Rio e Janeiro*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 25-60.

CARDOSO, Franci G. *As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios*. Revista *Temporalis*, v. 1, n.º. 2, jul/dez. 2000, p. 7-17.

CARVALHO, Alba M. P. *A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

DANTAS, José Lucena. *Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no serviço social*. Cadernos ABESS, n.º. 4, 1991, p. 37-63.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: mito e realidade*. Rio de Janeiro: SENAC, 1984.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da classe Operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques. *Política urbana e Serviço Social*. Revista *Praia Vermelha*, v. 16 e 17, 2007, p. 176-227.

\_\_\_\_\_. *(Re)significando uma profissão: Paulo Freire e o Serviço Social no Brasil*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Um Olhar sobre Paulo Freire”. Universidade de Évora, Portugal, 2000.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *Cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

NETTO, José Paulo. *Cinco notas a propósito da “questão social”*. Revista *Temporalis*, n.º. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

SAGMACS. *Aspectos humanos da favela carioca*. O Estado de São Paulo, suplemento especial, abril de 1960.

SANTOS, Leila L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O serviço social e o popular: resgate histórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, 1987.

\_\_\_\_\_. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. *Notas para o debate sobre pesquisa-ação*. Revista Serviço Social e Sociedade, n.º. 10, dez. 1982.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela – do mito de origem a favela*. com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Gênese da favela carioca*. A produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n.º. 44, out. 2000, p. 5-34.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: FASE/RENAVAN, 2001.

### **Entrevistas:**

Carlos Alberto de Medina em 02 de março de 2010.

José Arthur Rios em 19 de abril de 2010.

Celso Monteiro Lamparelli em 26 de abril de 2010.

### **Notas**

- 1 Doutora em Serviço Social (PUC-SP), Professora Titular da Escola de Serviço Social (UFRJ) e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (FACI). Email: fcmgomes@gmail.com

- 2 Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), Professora Adjunta da Escola de Serviço Social (UFRJ) e Vice-coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (FACI). Email: leniself@uol.com.br
- 3 Doutorando em Serviço Social (ESS/UFRJ), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania (FACI). Email: bruno.seso@gmail.com
- 4 A Prefeitura do Rio de Janeiro, desde os anos de 1930, empregava assistentes sociais, a maioria das quais egressas do Instituto Social, criado em 1937, hoje Departamento de Serviço Social da PUC-RJ.
- 5 Para Valladares, este representa o primeiro estudo de caso em favelas no Rio de Janeiro de que se tem conhecimento, embora não tenha sido feito dentro dos parâmetros seguidos posteriormente pelas ciências sociais. O texto revela o desenvolvimento da pesquisa, a sistematização e análise dos dados, constituindo-se em fonte para o resgate da memória do trabalho do Serviço Social em favelas, da história das favelas e da história da pesquisa sobre e na favela. As informações foram complementadas com dados estatísticos obtidos na Prefeitura relativos a uma população total de 1.619 indivíduos.
- 6 A visão da classe dominante estigmatizava a pobreza, considerada como sinônimo de vadiagem, vício, sujeira e preguiça. Apesar do contato direto e freqüente com o segmento mais pobre da população, as assistentes sociais reproduziam no conhecimento sobre a favela a imagem negativa relativa à pobreza (VALLADARES, 2000).
- 7 À época, o inquérito social respondia às exigências das normas do trabalho assistencial, em que qualquer auxílio concedido deveria ficar sujeito a uma minuciosa investigação para verificar as reais necessidades do requerente, podendo concluir ou não pela adequação do solicitante em relação à sua demanda. Assim, a finalidade da “pesquisa” restringia-se à busca da identificação das condições de vida do solicitante de modo a comprovar ou refutar sua necessidade, sem atenção aos processos mais amplos que as produziam. Com esse procedimento visava-se racionalizar, reduzir e economizar recursos destinados à assistência, posto que estes ainda não eram disponibilizados por políticas de garantia de direitos.
- 8 O conteúdo doutrinário está referenciado à doutrina social da Igreja, a partir das formulações de Leão XIII, expressando-se com nitidez na encíclica *Rerum Novarum* (1891) e reforçado pela *Quadragesimo Anno* (1931).
- 10 Ver a esse respeito: DANTAS (1991). Tal conservadorismo baseava-se na matriz positivista e em suas derivações, sobretudo o funcionalismo.
- 11 Padre Lebreton foi diretor de investigação do “Centre National de la Recherche Scientifique”, doutor honoris causa da Universidade de São Paulo e conselheiro econômico dos governos de Senegal e do Líbano. Sua constante preocupação de responder às necessidades dos homens o impulsionou a fundar o Centro de Estudos Sociais e Econômicos “Economia e Humanismo”, com a finalidade de pensar a economia em função dos homens.

- 12 Exemplo dessa transformação foi a construção de um novo conceito de periferia, entendido não mais como área resultante de um centro em contínua expansão, mas como parte e resultado de um processo desigual de urbanização. Outra mudança importante, diretamente vinculada à primeira, foi a formação de um profissional engajado tanto no conhecimento profundo de cada situação urbana como também comprometido com a sua transformação. A filosofia de padre Lebret era a de que não se poderia separar ciência, técnica e pesquisa de engajamento político (GOMES, 2001). Explicita-se, assim, a dimensão política tanto da intervenção como da pesquisa no espaço urbano.
- 13 A influência das ideias do Movimento E&H no Serviço Social ocorreu via formação de assistentes sociais, especialmente na PUC-RJ, através do professor José Arthur Rios. Dessa forma, esses profissionais “passaram a ter um método de pesquisa, um instrumental para definição de objetivos de pesquisa para orientar a intervenção”. De acordo com Rios, “a partir da pesquisa, se faz o diagnóstico e com esse se propõe a solução”. (Entrevista concedida em 19/04/2010)
- 14 Nessa formulação, o método, por exemplo, ainda era entendido como conjunto de procedimentos e técnicas.
- 15 No primeiro momento da ruptura a assistência foi refutada, sendo posteriormente retomada como espaço de intervenção dos assistentes sociais, no próprio interior desta perspectiva, em sua versão crítico-dialética.
- 16 Segundo CARDOSO (2000, p. 16), “a postura pluralista supõe relações democráticas construídas na interlocução crítica entre portadores de perspectivas político-ideológicas diferenciadas”.
- 17 Ao final dos anos de 1970, observamos, entre um grupo significativo de Assistentes Sociais, a busca pela consolidação da ruptura com o conservadorismo no interior da profissão, iniciada timidamente nos anos de 1960. A superação de perspectivas moralizadoras e psicologizantes, bem como da influência do positivismo e do funcionalismo que, como matrizes teórico-metodológicas, ainda predominavam nas ações profissionais, também ganhava terreno entre segmentos progressistas vinculados à ESS-UFRJ que, inspirados em perspectiva semelhante à do chamado “Método BH” (SANTOS, 1983), amadureciam a valorização da aproximação entre as instituições de ensino universitário e os movimentos populares.
- 18 Ver os processos que marcaram este período em NETTO (1991), SILVA (1995) e CARVALHO (1983), entre outros.
- 19 Verifica-se o avanço nos estudos produzidos nesse período. Visava-se um amplo diagnóstico das favelas, tendo em vista a reivindicação de urbanização posta pela população. Isto implicou no desenvolvimento do primeiro censo das favelas (1986), na elaboração do Dossiê “Queremos Urbanização!” (instrumento de luta dos moradores junto ao poder público) sobre as condições de vida da população e sua reivindicação por ações públicas na área e em pesquisas posteriores sobre temas ligados à favela, identificados como obstáculos à sua urbanização, tais como as implicações da presença do narcotráfico naquelas áreas e no contexto da cidade.
- 20 Predominava no trabalho realizado o uso de técnicas e dinâmicas como mobilização popular, reuniões de rua, reuniões coletivas, assembléias, entrevistas, aplicação de questionários, registro fotográfico das ações e organização de momentos para devolução de informações à população. Para

- recuperar as diretrizes mais amplas desta proposta e sua influência no Serviço Social, consultar DEMO (1884), THIOLENT (1982, 1985 e 1987), FREIRE (1984), Scherer-WARREN e KRISCHKE (1987) e SILVA (1991).
- 21 Entre elas, destacamos estudos realizados em parceria com a Universidade de Toulouse – Le Mirail, École d’Architecture de Toulouse, com o Centre d’Etudes de l’Inde et de l’Asie du Sud (Ecole d’Hautes Etudes en Sciences Sociales - EHESS, IFU (Institut Français d’Urbanisme), Université Paris 8, e a pesquisa comparativa denominada “Social Exclusion, Territories and Urban Policies: a comparison between India and Brazil” (SETUP), sobre políticas públicas direcionadas às favelas no Brasil e na Índia, coordenada e financiada pelo governo Francês.
  - 21 Em relação às pesquisas qualitativas foram investigados vários temas presentes no cotidiano dos moradores dessas áreas, como: associação de moradores, tráfico de drogas, adolescentes (preparação/ inserção no mercado de trabalho e gravidez precoce), mercado informal, urbanização de favelas, cultura política, espaço físico público e privado, trabalho feminino, meio ambiente, bem como outros de natureza mais geral como: política urbana, política de habitação, segregação sócio-espacial, espaços residenciais na cidade, sustentabilidade urbana, atividades ambulantes na cidade. Vale ressaltar que essa distinção entre as pesquisas qualitativas e quantitativas se justifica apenas para colocar em relevo a ênfase dada em cada uma delas, posto que as duas dimensões foram articuladas como momentos distintos da investigação.
  - 23 Com a globalização da economia, multiplicaram-se as agências e os organismos mundiais que tratam da questão social, afetando significativamente no campo das políticas sociais. Os financiamentos internacionais para intervenção nas cidades estão concentrados nas mãos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial, acarretando na transferência, para as mãos dos banqueiros, de parcela importante do controle das diretrizes e dos recursos destinados às políticas urbanas.

Recebido em dezembro de 2011, aceito para publicação em fevereiro de 2012.

